

19 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Prescrições e impunidade

Justiça que tarda também falha. A lentidão com que tramitam certos processos na Justiça criminal costuma contar a favor do réu — principalmente daqueles que, com bons advogados, conseguem prolongar indefinidamente as ações penais graças à infinidade de recursos permitidos por nossas leis. Neste caso, o tempo não é senhor da razão, mas da possibilidade de os réus nem sequer virem a ser julgados porque o decurso temporal contado a partir da denúncia criminal pode levar à prescrição, instituto que tira do Estado o seu direito de punir.

Não são poucos os casos em que a prescrição beneficia até mesmo réus confessos ou que aguardam ansiosamente para alcançar a idade de 70 anos, marco que acelera os prazos para a prescrição. Com 85 anos, o deputado Paulo Maluf, ex-prefeito paulistano e ex-governador paulista, é caso emblemático de alguém que, pelo avanço da idade, já não responde por uma série de acusações de desvio de recursos públicos.

No Paraná se desenrolam situações parecidas, tendentes a extinguir a punibilidade de dois conhecidos réus de ações penais que também se referem a desvio de dinheiro público. Um deles é o atual secretário de Estado do Cerimonial, Ezequias Moreira, que confessou ter recebido durante dez anos os salários pagos pela Assembleia Legislativa à sua sogra, servidora fantasma. Outro, o deputado estadual Nelson Justus, ex-presidente da Assembleia Legislativa, acusado pelo Ministério Público de alocar em seu gabinete dezenas de funcionários fantasmas e que responde por formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Ezequias é um caso que guarda peculiaridades. Foi denunciado em 2007 pelo Ministério Público nas esferas cível — livrando-se da punição ao confessar o desvio e devolver ao erário mais de meio milhão de reais amealhados ilegalmente — e criminal, na qual ainda respon-

dia, na primeira instância, por crime de peculato. Os autos estavam conclusos para que o juízo da 5.ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba proferisse a sentença. Bem naquele momento, o governador Beto Richa, em uma de suas decisões mais inexplicáveis, nomeou o antigo assessor e amigo da família (que até então ocupava uma diretoria da estatal Sanepar) para o cargo de secretário de Estado, dando-lhe automaticamente foro privilegiado. Isto é, tirou a ação da competência da primeira instância para transferi-la à instância superior, o Tribunal de Justiça.

Na prática, é o mesmo que dar um novo início ao processo. Desde o início de 2015 (isto é, há quase dois anos), a ação se arrasta no Órgão Especial do TJ sem nenhuma decisão — demora inexplicável dadas as evidências do crime cometido e, principalmente, considerando o fato de o réu tê-lo con-

fessado. Manobras processuais, no entanto, alongam o trâmite de tal modo que, prestes a completar dez anos da denúncia aceita pela Justiça, a pena já está à beira da prescrição.

Nascido em junho de 1947, o deputado Nelson Justus está próximo de completar 70 anos — caso em que, segundo o ordenamento jurídico, os prazos de prescrição são reduzidos pela metade, condicionada à não reincidência no crime e se o réu não mais representar um risco à sociedade. Talvez seja esta a explicação mais tolerável para justificar a lentidão do processo sob julgamento dos 25 magistrados integrantes do Órgão Especial que se reúnem a cada 15 dias, não contados durante os recessos do Judiciário.

Ocorre que, a cada sessão do Órgão Especial, repetem-se pedidos de vista do processo, paralisando o seu seguimento por várias semanas ou meses. A repetição continuada desses pedidos leva à conclusão de que Nelson Justus só receberá a sentença muito depois de comemorar o aniversário de 70 anos, quando, dependendo do tamanho da pena, já terá sido beneficiado pela prescrição.

A lentidão do órgão máximo do Judiciário estadual está, assim, cooperando para que acusados por grandes escândalos escapem sem punição. E, se o crime passa a compensar por falha das instituições, será ainda mais difícil esperar que elas gozem da confiança do cidadão comum.

19 OUT 2016

GAZETA DO POVO

● CRISE NO FUNCIONALISMO

Governo expõe finanças aos servidores

Palácio Iguaçu faz reunião hoje com representantes sindicais para tentar convencê-los de que é impossível dar reajuste nesse momento

Rosana Felix

♥ Governo e servidores estaduais se reúnem hoje para debater o orçamento de 2017 com posições já consolidadas e opostas sobre a situação financeira do Paraná. A questão é crucial para solucionar o impasse sobre o reajuste do funcionalismo previsto para janeiro do ano que vem. Algumas categorias, como professores e policiais civis, entraram em greve após o Palácio Iguaçu encaminhar uma proposta de emenda ao orçamento suspendendo o pagamento da data-base.

Na reunião de hoje, o governo pretende sensibilizar os servidores das dificuldades econômicas que atingem o Paraná. Mas os servidores argumentam que, mesmo com a recessão, há espaço orçamentário para cumprir os acordos firmados em 2015, que escalonaram a reposição inflacionária dos últimos anos.

Para 2017, o Executivo prevê estagnação no Produto Interno Bruto (PIB) e ampliação da receita em torno de 6,7%. Os trabalhadores citam

dados do Banco Central e indicadores de emprego para sustentar que o PIB vai crescer e, com isso, a arrecadação seria maior do que a estimada, permitindo o pagamento do reajuste previsto para janeiro de 2017. “Reconhecemos que há uma recessão. Sabemos do impacto disso na receita do estado. Mas, mesmo diante desse cenário, há condições de pagamento”, afirmou o economista Cid Cordeiro, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que assessora o Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Com base em dados de emprego, renda, produção industrial e vendas do comércio, entre outros, o Dieese projeta que a pior fase da recessão já passou, e que deve ocorrer uma recuperação gradual, ainda que lenta. “A arrecadação do estado cresceu mesmo durante a recessão e, com a recuperação da economia, ela deve ser maior”, disse.

Segundo Cordeiro, uma das divergências com a Secretaria da Fazenda é a projeção com base na regressão. “Ela funciona bem quando há estabilidade, mas em picos e baixas contamina as estimativas para o futuro.”

No Projeto de Lei Orçamentária de 2017 (PLOA) encaminhado à Assembleia, o governo prevê crescimento zero do PIB, inflação acumulada de 5,4%, taxa de juros de 11% e câmbio em R\$ 3,55. Foram usadas informações disponíveis no primeiro semes-

tre, mas as projeções atualizadas são um pouco mais otimistas. Segundo o boletim Focus do Banco Central de 14 de outubro, a previsão é de 1,3% de crescimento do PIB, inflação em 5%, câmbio em R\$ 3,40 e juros de 11%.

O economista Sandro Silva, também do Dieese, diz que há sinais positivos de recuperação, como o mercado de trabalho. “Há sinalização de estabilização do desem-

CONTINUA

19 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MATEMÁTICA DO REAJUSTE

Governo e servidores se reúnem nesta quarta-feira para debater as finanças do estado e as expectativas de cada lado. Veja o que cada um defende:



GOVERNO



FÓRUM DOS SERVIDORES

Valores	Alega não ter como quitar o reajuste geral em 2017, estimado em R\$ 2,1 bilhões . Propõe pagar R\$ 1,37 bilhão em promoções e progressões em 2017.	Diz que governo está subestimando receita, e que há espaço para pagar reajuste, que seria de R\$ 1,9 bilhão . Os atrasados são dívidas. Entendimento do Tribunal de Contas também é esse.
Receitas	A projeção do estado para 2017 é que as receitas correntes totalizem R\$ 47,9 bilhões em 2017.	O governo está subestimando a capacidade arrecadatória em um cenário de lenta recuperação econômica.
PIB	Prevê estagnação , com crescimento real do PIB do Paraná e do Brasil igual a zero.	Projeções recentes do Boletim Focus e do Iparides indicam crescimento do PIB do Paraná em 1,5% e do Brasil em 1,3%.
Despesa com pessoal	Entendimento do TC mudou cálculo de despesa com pessoal, e dívida previdenciária passou a constar da rubrica. O governo contesta.	Pagamento dos atrasados não entra no cômputo de gasto com pessoal . A despesa com pessoal pode crescer na medida em que a receita for maior do que a estimada.
Estimativa de gasto com pessoal	Com a inclusão da dívida previdenciária, o gasto com pessoal chegaria a 51,35% em 2017, mesmo sem reajuste, superando o teto de 49% .	Gasto com pessoal tem margem para crescimento , já que há expectativa de receita maior e considerando que os atrasados não entram na rubrica.
Despesas correntes	O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, em tramitação no Senado, vai limitar o crescimento das despesas correntes à variação da inflação .	Mais uma vez, diz que valores de promoções e progressões atrasadas não entram na conta das despesas correntes.
Arrecadação	De janeiro a setembro, o Paraná arrecadou R\$ 526 milhões a menos do que previa. Até dezembro, a receita realizada deve ser de R\$ 1,06 bilhão a menos do que o previsto .	Recessão foi forte e arrecadação não foi tão boa quanto se previa, mas teve crescimento de 10% em relação a 2015 , no período janeiro a agosto.
Contexto	O Paraná foi o único estado que deu reajuste geral em 2016 , enquanto outros estão atrasando pagamento de salários e não terão condições de pagar 13º salário.	Os servidores já arcaram com 70% do ajuste fiscal, quando o governo parou de depositar R\$ 140 milhões mensais na Paraná Previdência, e dizem que já deram sua contribuição para ajustar as finanças do Paraná.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

19 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Não está se retirando direitos dos servidores, mas sim postergando para um momento de disponibilidade financeira.”

Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda do Paraná.



FAZENDA ESTADUAL

“Números sobre a economia do estado são realistas”, diz secretário

● Os números que serão apresentados hoje aos servidores são realistas, adiantou o secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa. Levantamento da pasta sustenta que o Paraná foi o único estado a conceder reajuste geral em 2016 e que muitos estados estão atrasando o pagamento de salários e nem terão condição de quitar o

13º salário. Com a apresentação, o governo pretende sensibilizar os servidores. “Não está se retirando direitos dos servidores, mas sim postergando para um momento de disponibilidade financeira”, argumentou. Os servidores dizem que já arcaram com o ajuste fiscal implantado pelo governo a partir de 2015 e que, sem o pagamento do reajuste em janeiro, terão uma perda em 2017 equivalente ao 13º salário. O encontro vai ocorrer no auditório da Celepar, às 14 horas, em Curitiba.

19 OUT 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Leprevost une opostos no caso Carli Filho

Ney Leprevost conseguiu uma proeza: juntar em torno de si a mãe de um dos rapazes mortos no acidente provocado pelo ex-deputado Carli Filho, a deputada federal Christiane Yared, e o advogado que o defende, o jurista René Dotti. Ambos anunciaram apoio ao candidato do PSD à prefeitura de Curitiba. Deputada federal mais votada do estado, com 200 mil votos, Christiane justificou a opção, que contraria a decisão de seu partido, o PR, para não ficar ao lado do governador Beto Richa, que apoia Rafael Greca. Já Dotti defendeu o apoio a Leprevost numa carta recheada de adjetivos contra o ex-prefeito e candidato do PMN.

Doação de R\$ 75 milhões de usuário do Bolsa Família foi erro de digitação, admite TSE

● O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) admitiu ontem que estava errada a informação de que um beneficiário do Bolsa Família doou R\$ 75 milhões para a campanha eleitoral este ano. O valor real dessa doação foi de R\$ 75. O tribunal informou que o erro teria sido da própria candidata ao digitar os valores na prestação de conta. A candidata Maria Geni do Nascimento (PDT), de 56 anos, concorreu a uma vaga de vereadora em Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco.

Como validar documentos de uso internacional?

Cartórios agilizam obtenção de dupla cidadania e processos de estudo no exterior

Os cartórios extrajudiciais de Curitiba (PR) já estão aptos a realizar o novo serviço de validação de documentos brasileiros para uso internacional, chamado de "apostilamento". A medida entrou em vigor no dia 15 de agosto nas capitais brasileiras com base na resolução nº 228 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ). Com isso, os procedimentos de obtenção de dupla cidadania e processos de estudo no exterior são facilitados com redução de tempo e custo para a população.

"O ponto principal do apostilamento é o fator facilitador que ele permite à vida do cidadão que tem a necessidade e interesse em validar o seu documento para uso no exterior. A exportação de documentos públicos se tornou mais ágil exigindo menos burocracias e será permitida graças à capilaridade dos cartórios, que estão em todas as regiões do país", explica o vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Cláudio Bley Carneiro.

A partir de agora, com a adesão do Brasil a "Convenção da Apostila da Haia", que reúne 112 países, os cartórios brasileiros passam a validar documentos como certidões de nascimento

O ponto principal do apostilamento é o fator facilitador que ele permite à vida do cidadão que tem a necessidade e interesse em validar o seu documento para uso no exterior

Cláudio Bley Carneiro,
vice-presidente da Anoreg-PR

e de óbito, diplomas escolares, procurações, declarações e certificados para a utilização dentro dos países signatários do tratado. Dependendo da serventia e do número de documentos solicitados para validação, o procedimento pode ser resolvido imediatamente. O serviço, primeiramente oferecido pelas capitais, deverá ser ampliado gradativamente a todas as serventias do país.

Anteriormente a resolução, para um cidadão brasileiro legalizar algum documento a ser utilizado internacionalmente, era necessário reconhecer as firmas em cartório, depois autenticar o reconhecimento de firma perante o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e então reconhecer a autenticação do MRE em

uma embaixada ou consulado do país estrangeiro de destino do documento. O procedimento, chamado de legalização consular, pode levar até 90 dias.

Segurança

A iniciativa, fruto de uma parceria entre o CNJ e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), a partir do uso do sistema SEI Apostila, garante total segurança aos solicitantes e aos cartórios que utilizam a tecnologia. O sistema permite visualizar o documento e a sua cópia apostilada e acompanhar todo o andamento do processo no site do CNJ.

O papel em que o documento será apostilado também possui sua especificidade, ele deve ser impresso em papel seguro fornecido pela Casa da Moeda, também responsável pelo material de impressão dos passaportes e do real.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

AL beneficia donos de imóveis milionários

Proposta do TJ aprovada ontem estabelece teto de R\$ 4,9 mil para cobrança do Funrejus; na avaliação de deputados independentes e da oposição, melhor seria reduzir a alíquota

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – Os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeiro turno, o projeto de lei 416/2016, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que estabelece um limite de R\$ 4,9 mil para a cobrança do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Atualmente, a alíquota, recolhida nos cartórios extrajudiciais, é de 0,2% sobre o total dos imóveis vendidos, independentemente do valor das negociações. A proposta obteve 36 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. A tendência, porém, é de que ela receba emendas na sessão de hoje, quando retorna para votação do mérito, em segunda discussão.

Na prática, a mudança beneficiará os donos de casas e apartamentos milionários. Hoje, por exemplo, uma propriedade comprada por R\$ 10 milhões recolhe R\$ 20 mil de Funrejus. A partir da aprovação do PL, passaria a pagar apenas o teto, correspondente ao triplo do valor máximo das custas. Ou seja, o proprietário “economizaria” R\$ 15 mil. No texto, o TJ não informou de quanto abrirá mão com a medida. Parlamentares ouvidos

pela FOLHA, porém, falam em uma perda anual de R\$ 19,86 milhões. O fundo serve para suprir despesas do Judiciário, como reforma de prédios e compra de materiais.

Na avaliação de Tercílio Turini (PPS) e Tadeu Veneri (PT), o melhor seria reduzir a taxa, para 0,1%. “A população já contribuiu muito com isso. Poderiam até suprimir [a cobrança], mas, se não for possível, ao menos estabelecer que todos paguem um valor menor”, defendeu Turini. “Ele [TJ] mantém um processo que já é por si só desigual. Os valores cobrados deveriam ser progressivos. Que tenhamos um percentual fixo menor, incidindo sobre todos os imóveis”, opinou o petista.

O líder do governo na Assembleia Legislativa (AL), Luiz Cláudio Romanelli (PSB), contudo, se mostrou favorável. “Vai evitar uma cobrança exorbitante, especialmente na questão do registro de imóveis. Estabelece um critério mais objetivo e não onera demasiadamente o contribuinte. A mim parece que, numa época de tanto aumento de imposto, é uma medida saudável.”

Em 2013, outra mensagem do TJ previa um aumento de 50% no Funrejus, de 0,2% para 0,3%. Após polêmica, chegou-se a um acordo e o Tribunal optou por manter a alíquota, entretanto, aumentando o teto de cobrança de R\$ 817 para R\$ 1,8 mil. Já no ano passado, o órgão acabou extinguindo o limite máximo, com a justificativa de que precisava garantir caixa para a realização de obras.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Casal admite 'laranjas', mas nega lavagem de dinheiro

Em interrogatório ao juiz Juliano Nanuncio, o artista plástico Sarquis Sâmara e a mulher Marilucia Sâmara afirmaram que não contribuíram com esquema de ex-delegado da Receita

“*Eu nem sabia que era crime registrar empresa em nome de outros. Tenho vários amigos que fazem isso*”

Loriane Comeli
Reportagem Local

O artista plástico Sarquis Sâmara e sua mulher, a arquiteta Marilucia Dal Ross Sâmara, admitiram ontem a prática de crimes de falsidade ideológica ao registrar empresas em nome de “laranjas”, mas negaram ter contribuído para o esquema de lavagem de dinheiro do auditor José Luiz Favoreto Pereira, ex-delegado da Receita Estadual de Londrina. O casal foi interrogado pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, no processo relativo à terceira fase da Operação Publicano.

Amigos íntimos do auditor Luiz Antonio de Souza, também réu processo, eles trocaram abraço afetuoso com o principal delator do esquema, que segue preso desde janeiro de 2015, e acompanha as audiências sob escolta da Polícia Militar.

Primeira a ser ouvida, Marilucia disse que ela era a principal responsável pelo gerenciamento das empresas e que o marido cuidava da produção, já que é artista plástico internacionalmente conhecido principalmente pelas esculturas e objetos em alumínio. Segundo o Ministério Público (MP), eles têm

duas empresas em seus nomes e pelo menos outras três em nome de “laranjas”.

Segundo Marilucia, a ideia de usar o nome de “laranja” para abrir uma segunda empresa, em 2010, ocorreu em razão da derrocada financeira da primeira empresa do casal, a Aluminiun. Tudo o que ganhavam acabava se perdendo em juros bancários. “Um consultor amigo nosso nos aconselhou a abrir outra empresa em nome de outra pessoa.”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 19 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

A pessoa escolhida foi Ivonete Pereira Meireles Marinho, que trabalhou durante muitos anos como empregada doméstica do casal, e, agora, tornou-se também ré no processo. “Eu fiz na confiança, me sentia parte da família”, disse Ivonete, que também foi interrogada ontem.

Antes do processo, ela trabalhava no setor de empacotamento da empresa que está em seu nome. Após a Publicano 3, devido à ordem judicial de não manter contato com os outros réus, não vai mais ao trabalho, mas recebe o salário mensalmente, informou. Segundo Sarquis, a Ivonete ME continua ativa.

Em nome da empresa Ivonete Marinho ME foram realizadas várias transações consideradas ilegais e que, na avaliação do MP, conforme a denúncia, teriam auxiliado na lavagem de dinheiro obtido por meio de atos de corrupção por Favoreto.

O MP afirma que a Ivonete ME auxiliou na lavagem de R\$ 442 mil, montante que foi depositado pela empresa na conta da PF&PJ, empresa de fachada registrada em nome do irmão e da cunhada de Favoreto, mas que pertenceria ao auditor. Parte do valor – R\$ 179 mil – correspondia a notas fiscais frias emitidas pela PF&PJ para a Ivonete ME.

Marilúcia, entretanto, disse que não foi lavagem de dinheiro, mas, sim, o pagamento de empréstimos feitos por Luiz Antonio de Souza, no valor de R\$ 300 mil, e de Favoreto, também no mesmo valor, ambos em 2012. Os R\$ 600 mil teriam servido para desembaraçar e pagar produtos importados pelas empresas do casal.

Sobre Favoreto, Marilúcia disse que foi Souza quem intermediou o empréstimo e que somente soube quem era seu benfeitor em uma festa, em 2014, quando o casal foi apresentado a Favoreto por Souza. “Este é o amigo que lhes emprestou o dinheiro”, teria dito Souza. Sarquis, segundo suas próprias palavras, teria agradecido: “Obrigado pela confiança”.

Sobre a presença de notas fiscais da PF&PJ na contabilidade da Ivonete ME, ela disse que chegou a perguntar a Luiz Antonio de que se tratava, e ele teria respondido: “Não se preocupe”. Não acrescentou outras explicações, inclusive disse não saber se foram ou não escrituradas. No entanto, segundo o MP, foram, de fato, escrituradas.

O casal também usou o nome da empregada doméstica e da filha dela para abrir outra empresa, a Marinho e Marinho. Marilúcia e Sarquis disseram que o objetivo era obter empréstimo bancário para capital de giro. Novamente, a empregada confirmou a versão do casal, afirmando que prestou tal ajuda de livre e espontânea vontade. “Meu intuito foi somente ajudar.”

Outra empresa em nome de um sócio “laranja” foi usada para registrar um veículo BMW que Sarquis comprou do irmão de Favoreto por R\$ 160 mil, episódio, que segundo o MP, também serviu para lavar dinheiro.

“Eu nem sabia que era crime registrar empresa em nome de outros. Tenho vários

amigos que fazem isso”, afirmou o artista plástico ao juiz. “Nunca imaginei que era um crime tão bárbaro”, lembrando que em outubro do ano passado foi preso em Sorocaba (SP) e permaneceu detido por 70 dias.

Na denúncia, o MP assegura que o objetivo de tantas empresas em nome de “laranjas” também era a sonegação fiscal, com base, principalmente, no depoimento do contador Hederson Bueno, irmão do auditor Marco Antonio Bueno, um dos implicados no esquema. Bueno chegou a firmar acordo de delação premiada, mas, voltou atrás, negando completamente a versão informada ao MP na fase de investigação.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça manda PP devolver R\$ 20 mil em Londrina

Edson Ferreira

Reportagem Local

O diretório municipal de Londrina do Partido Progressista (PP) foi condenado a devolver o dinheiro recebido do Fundo Partidário, em 2015. Segundo decisão do juiz da 41ª zona eleitoral, Matheus Orlandi Mendes, a legenda recebeu R\$ 20 mil irregularmente, porque não fez as prestações de contas anuais obrigatórias referentes a 2009, 2010 e 2011, o que gerou sentenças judiciais proibindo-a de receber qualquer recurso do Fundo. Além da devolução, o PP deverá pagar multa de 15% sobre o valor.

De acordo com o magistrado, o PP cometeu "clara afronta" à legislação eleitoral e às decisões prolatadas anteriormente, pela ausência das prestações de contas. É de responsabilidade dos partidos apresentarem, todos os anos, os documentos que comprovem a movimentação financeira, mesmo quando não recebem recursos. No entanto, a sigla londrinense, que venceu as últimas eleições municipais com Marcelo Belinati (PP) eleito prefeito, está impedida desde 2010 de receber dinheiro referente ao Fundo, "assim como ainda não poderá receber valores dessa natureza até que seja sanada a omissão de apresentação das contas". A condenação não atinge a prestação de contas dos gastos de

campanha, que o partido deverá fazer junto à Justiça Eleitoral.

O advogado do diretório de Londrina do PP, Marcelo Cortez, disse que o partido vai apresentar recurso ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná para tentar reverter a sentença. "Vamos regularizar as prestações de contas, que deixaram de ser prestadas em gestões anteriores da legenda, e também juntar documentos que comprovam que o partido não recebeu nada naquele período." Ele confirmou que o PP recebeu R\$ 20 mil no ano passado. "Como essa situação estava sendo discutida no Judiciário, houve o repasse pelo comando estadual."

O dinheiro do Fundo Partidário é utilizado pelos partidos para bancar o custo da manutenção e atividades internas. O diretório estadual do PP recebeu, em 2015, cerca de R\$ 700 mil do Fundo.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

MP pede devolução de R\$ 500 mil em Arapongas

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná, em Arapongas (Região Metropolitana de Londrina) apresentou à Justiça ação civil pública contra o prefeito Padre Beffa (PHS) e um servidor público comissionado, cujo nome não foi divulgado pela promotoria, que deveria realizar a assessoria pessoal do gestor. O MP pede a anulação do ato administrativo que nomeou o servidor e sanções de improbidade administrativa por suposto enriquecimento ilícito.

Segundo o MP, "o assessor exercia a advocacia privada paralelamente ao serviço público, tendo participado de pelo menos 316 audiências judiciais particulares, em Arapongas e Apucarana, de janeiro de 2013 a junho de 2016, durante o horário em que deveria dar expediente na prefeitura". Além da participação em campanhas eleitorais, sustenta o MP, "há ainda provas de que o servidor movimentava parte de seus processos eletrônicos privados durante o serviço público".

O eventual enriquecimento ilícito do servidor, em valores atualizados, foi calculado em aproximadamente R\$ 500 mil, valor a ser devolvido solidariamente, em caso de

condenação judicial. O MP pede para ambos a aplicação de multa, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até dez anos e proibição de contratar com o poder público por cinco anos.

A reportagem falou com Padre Beffa, mas ele não quis comentar as alegações do MP. O advogado dele não atendeu as ligações para o celular.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Esperança de reversão

Algumas decisões do STF relativas ao mensalão, como as que beneficiaram os indiciados com os embargos infringentes e agora a do ministro Barroso em favor da extinção da pena de Zé Dirceu, são um indicador de que muitas das sentenças de Sérgio Moro possam passar por um filtro abrangente. Ocorre que o descompasso cronológico entre o primeiro grau e a instância superior é muito grande, no que diz respeito à elaboração das respectivas decisões, tanto que a demora no julgamento de agentes políticos, notadamente sob proteção de foro, é tradicional e objeto de costumeiras críticas.

Outro problema é visível em decisões por um voto, como a de 6 a 5 que livrou a turma do mensalão do crime de formação de quadrilha, e reproduzida no embate mais sério da questão da prisão imediata aos que forem condenados na segunda instância. Na primeira votação houve diferença maior de 7 a 4. Entre uma e outra, seguiram-se alentados debates entre especialistas e que devem ter contribuído para alterar o posicionamento dos ministros.

Como o Brasil está em clima de permanente debate institucional – e não se pode inclusive subestimar o artigo de ontem assinado pelo ex-presidente Lula, alvo de tantos processos, no maior jornal do país - a firmeza sentenciosa da Lava Jato, e que se reproduz em outros juízos como o de Brasília, pode encontrar a perspectiva de reversão ou de abrandamento em função da marcha dos fatos até aqui na direção rigorosa contra a corrupção e com respaldo tanto dos tribunais superiores, STF e STJ, como nos de revisão, como o da 4ª Região em Porto Alegre.

Ademais, é notório que fatores políticos, voltados para uma retomada do desenvolvimento, influem no fluxo dos acontecimentos, como se nota ainda agora no empenho do governo Michel Temer em acelerar as medidas de controle de gastos e reforma previdenciária antes que o núcleo-chave do governo (Moreira Franco, Geddel e Romero Jucá) venha a ser alvo da massa de delações premiadas da Odebrecht. O próprio Temer está na lista.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Suspeição de relator

Os advogados do ex-presidente Lula entraram com um protocolo jurídico chamado "exceção de suspeição" contra o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região. A exceção de suspeição é um procedimento que visa afastar um juiz de determinado caso, sob a alegação de que ele não está em condições de atuar de maneira imparcial, geralmente por ser próximo de uma das partes ou ter interesses pessoais no julgamento da causa. Gebran é o relator de outro recurso da defesa do petista, este contra o juiz Sérgio Moro. O julgamento desse procedimento, que foi protocolado em junho, está previsto para hoje.

'Amigo íntimo de Moro'

A defesa pede que Gebran se declare suspeito e repasse o processo para outro juiz ou que o julgamento seja adiado até a resolução dos recursos, que foram impetrados no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Os advogados de Lula alegam que o desembargador recusou-se a responder se é amigo íntimo de Moro e afirmam que há suspeitas de que exista uma relação de "apadrinhamento" entre os dois. Antes de entrar com o recurso, a defesa havia pedido que Gebran esclarecesse se é padrinho de um dos filhos do juiz paranaense. O recurso contra Moro é semelhante ao protocolado contra Gerban e argumenta que ele "não se reveste da indispensável imparcialidade para a cognição e julgamento". A defesa afirma que o juiz paranaense tem desrespeitado "garantias fundamentais" do ex-presidente.

Depoimento da mulher de Cunha

O juiz Sérgio Moro marcou a data do interrogatório da mulher do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), Cláudia Cruz, para se explicar sobre as acusações da Lava Jato de que teria lavado dinheiro e evadido cerca de US\$ 1 milhão por meio de contas secretas no exterior abastecidas por seu marido com dinheiro da corrupção na Petrobras. Moro agendou o interrogatório de Cláudia e do empresário Idalécio de Oliveira, também réu na ação, para o dia 14 de novembro, seis meses depois de o juiz da Lava Jato aceitar a denúncia contra a mulher de Cunha. Antes, no dia 9, serão interrogados o ex-diretor Internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada e o lobista João Augusto Rezende Henriques, apontado como operador do PMDB no esquema de corrupção na Petrobras. Ambos também são réus na mesma ação de Cláudia.

19 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

WILSON FRANCISCO MOREIRA

A saída não é punir os servidores públicos

Procurar possíveis saídas para a crise econômica em que se encontram os estados brasileiros e a União não deixa de ser positivo. No entanto, há um movimento dos governos que procura responsabilizar e sacrificar os funcionários públicos pela realidade econômica brasileira, colocando os gastos públicos com funcionalismo como uma das causas da atual caótica situação. Este movimento não é construtivo do ponto de vista daqueles que mais precisam do poder público. No vislumbre de um "ajuste fiscal", a proposta preponderante tem sido o congelamento de salários dos servidores públicos e outras medidas de arrocho ao funcionalismo.

Podemos considerar que a gestão dos governos estaduais do Brasil nos últimos anos foi, de fato, irresponsável quando olhamos a qualidade dos serviços públicos que têm sido entregues à população. A crise econômica que entramos recentemente não pode ser atribuída, de forma alguma, aos funcionários públicos. Durante esse período não houve grandes avanços no salário do funcionalismo público. O que temos visto são as lutas dos servidores para não perderem direitos, como de progressões e promoções na carreira. As greves do ano passado do funcionalismo do Paraná demonstram que não há vida fácil como se pode pensar. A desgastante greve e a forma desastrosa que o governo "resolveu" a questão, ou seja, o desfecho violento e o acordo com promessas que agora não quer cumprir demonstram que até manter a reposição da inflação é difícil para o funcionalismo.

Infelizmente, no Brasil disseminou-se a ideia que funcionário público é "vida boa". Talvez, porque os quadros políticos ganham muito bem e dispõem de diversas regalias. A verdade é que a maioria dos servidores não tem a valorização adequada ao seu trabalho, principalmente os da área da saúde, educação e da segurança.

Convivem com trabalho extenuante, pois são eles que tratam diretamente da parte que mais precisa deles na sociedade. Os mais necessitados só têm o poder público para recorrer, e são os servidores públicos que precisam "resolver" seus problemas. Não é apenas a questão financeira que aflige os servidores públicos, mas também a falta de valorização, dignidade e condições de trabalho.

A proposta de congelar os salários do funcionalismo não é prudente. Sacrificar ainda mais os mesmos de sempre não é o caminho. Se o Palácio Iguazu precisa fazer o ajuste fiscal, pode fazê-lo de outras formas. O governo pode, por exemplo, cobrar os grandes devedores de impostos, como os grandes proprietários rurais e as empresas inadimplentes no Estado. Pode também buscar

reaver os recursos desviados da Receita Estadual, já comprovados pela Operação Publicano. Pode reduzir os cargos em comissão em vez de criar mais, como proposta já enviada à Assembleia Legislativa. Pode acabar com regalias como aposentadorias precoces de políticos. Pode, por lei estadual, taxar grandes fortunas e heranças. Pode banir do serviço público, empresas envolvidas em irregularidades e retomar o di-

nheiro desviado de obras, como as de escolas. Há outras tantas formas de buscar equacionar as contas públicas sem sacrificar ainda mais o funcionalismo.

O serviço público é fundamental para que a garantia dos direitos constitucionais seja efetivada. Muito disso depende de condições dignas de trabalho e salários adequados a essa missão. Punir os servidores públicos é punir aqueles que necessitam de seus serviços, além do que, é deixar de reconhecer a importância que o funcionalismo tem na participação da economia do Estado.

WILSON FRANCISCO MOREIRA é sociólogo e delegado sindical (Sindarspen) em Londrina

“

O serviço público é fundamental para que a garantia dos direitos constitucionais seja efetivada

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Carandiru, sonho autoritário

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Carandiru concentra em si o profundo descaso com que as autoridades tratam a violência do Estado contra negros, pobres e segregados

Não fui o primeiro a entrar no pavilhão 9 do Carandiru, onde 111 presos desarmados foram mortos por PMs em 2 de outubro de 1992. Visitei a antiga Casa de Detenção de São Paulo no dia seguinte ao massacre, quando todos os corpos já haviam sido retirados.

O chão dos corredores e das celas fora lavado, mas sangue ainda escorria nas paredes. Um cheiro atroz de desinfetante indicava a tentativa de apagar os vestígios da barbárie. Necropsias demonstraram que 90% dos detentos foram alvejados na cabeça.

Comuniquei-me à época com o governador Luiz Antônio Fleury Filho, na esperança de que fosse se contrapor à violência ilegal da PM. O governo, no entanto, alegou que se tratava de um conflito armado — tese bastante implausível, já que nenhum PM foi baleado nem ferido por arma de fogo. A cada novo detalhe revelado, essa interpretação fajuta foi-se esboroando.

E, afinal, quem dera a ordem de invasão? A questão nunca foi esclarecida, mas uma ordem houvera, pois a PM não se meteria numa operação dessa envergadura sem o consentimento das instâncias superiores. Os altos escalões do governo e da corporação militar jamais foram punidos.

O país reviveu os horrores do massacre 24 anos depois, em audiência na 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo no dia 27 de setembro. Na ocasião, o desembargador Ivan Sartori votou pela anulação do julgamento e pela absolvição de 74 policiais envolvidos no crime, alegando que não houve massacre no Carandiru, mas sim uma ação em legítima defesa.

Em resposta a esse voto delirante, que tenta consagrar a impunidade aos 74 PMs já condenados, mais

de cem personalidades e entidades que atuam no âmbito dos direitos humanos ingressaram na terça (18) com uma reclamação disciplinar contra o desembargador Sartori no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O surpreendente argumento de legítima defesa, tentativa de anular o veredicto do júri popular de cinco julgamentos, ignora as provas nos autos que mostraram cabalmente que os policiais militares excederam seu poder, executando presos que não apresentaram resistência.

O mesmo desembargador demonstrou supremo desprezo pelas exigências de impessoalidade do magistrado ao se manifestar em uma rede social em 4 de outubro.

“Diante da cobertura tendenciosa da imprensa sobre o caso Carandiru, fico me perguntando se não há dinheiro do crime organizado financiando parte dela, assim como boa parte das autodenominadas organizações de direitos humanos”, escreveu.

O caso Carandiru concentra em si o profundo descaso com que as autoridades tratam a violência arbitrária do Estado contra negros, pobres e segregados. É um exemplo da continuidade autoritária sob a democracia, na qual a sanha punitiva segue minuciosamente seletiva.

O ideal para o autoritarismo brasileira é que criminosos e condenados desapareçam, exterminados se possível. O massacre do Carandiru, consagrada a impunidade, ficará para sempre como a realização desse sonho macabro.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 72, foi secretário de Estado de Direitos Humanos (governo FHC). Preside a Comissão da ONU de investigação sobre a Síria

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça quebra sigilo de cunhado de Copez em ação sobre merenda

Desembargador atendeu a pedido do Ministério Público paulista

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

A pedido do Ministério Público de São Paulo, que investiga um suposto esquema de fraudes e desvios na merenda escolar, a Justiça autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal de parentes do presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Copez (PSDB).

São alvos da medida o cunhado do deputado, Rogério Auad Palermo (irmão da mulher de Copez), e sua mulher, Maria Cristina Palermo.

Rogério Palermo é advogado e administrador do Instituto Brasileiro de Ciência Jurídica, pertencente ao deputado e responsável pelos negócios editoriais dele —Copez é autor de livros de direito penal.

A quebra de sigilo é parte da Operação Alba Branca, deflagrada em janeiro contra a Coaf, cooperativa suspeita de pagar propina para entregar R\$ 11,4 milhões em suco de laranja para o governo Geraldo Alckmin (PSDB).

A decisão foi do desembargador Sergio Rui, do Tribunal

de Justiça de São Paulo.

Os sigilos do deputado e de dois ex-assessores de seu gabinete já haviam sido quebrados em fevereiro, bem como de dois membros do governo.

O principal delator da Alba Branca, o lobista Marcel Julio, disse à Justiça que negociou propinas com dois ex-assessores de Copez em 2014, época de campanha, e pagou em 2015, em dinheiro vivo.

Numa citação ao cunhado de Copez, Marcel disse que o conhece desde 2010. O lobista afirmou que atuou na campanha do deputado naquele ano, quando Palermo teria sido “coordenador”.

Palermo também foi chefe de gabinete de Copez na Assembleia, de 2007 a 2008, exonerado para não configurar nepotismo.

Em 2012, comissionado no gabinete de um ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, foi novamente exonerado, por suspeita de nepotismo cruzado —na mesma época, Copez empregava em seu gabinete um parente do conselheiro.

OUTRO LADO

Advogado estuda pedir revisão da decisão judicial

DE SÃO PAULO

O advogado de Rogério Palermo e de Maria Cristina, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, afirmou que acionará a Justiça para esclarecer a “total isenção de ambos em relação aos fatos investigados”.

Mariz disse ainda que estuda pedir à Justiça que reconsidere a quebra de sigilo.

Em nota, Fernando Copez (PSDB) negou envolvimento com o suposto esquema e disse haver “insistência” da imprensa em envolver seu nome.

“A aliança entre quem investiga e vaza e a imprensa praticamente aniquila qualquer chance de o cidadão defender sua honra perante a sociedade”, afirmou o tucano.

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Merenda legislativa

Mesmo em tempos de Lava Jato e cifras bilionárias desviadas no esquema do petrolão, causou espanto o nível de desfaçatez a que se afirma ter chegado o escândalo da merenda no Estado de São Paulo.

Segundo o delator Marcel Ferreira Julio, a entrada, a área externa e o restaurante da Assembleia Legislativa sediaram encontros para pagamento de propina a dois ex-assessores do presidente da Casa, Fernando Capez (PSBD).

O depoimento se deu no âmbito da Operação Alba Branca, que investiga contratos firmados entre a Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), prefeituras e a Secretaria da Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB).

Suspeita-se de um esquema de fraudes na distribuição de suco de laranja para a rede de ensino, assegurado por propinas que atingiriam até 30% dos valores contratados.

Apontado como elo entre a Coaf e o governo, o delator afirmou que os pagamentos, em dinheiro vivo, foram realizados ao longo de 2015. Ao menos R\$ 400 mil em propina teriam sido destinados a pagar dívidas da campanha de Capez de 2014 —o presidente do Legislativo paulista nega ter relação com o caso.

Seria de imaginar que a simples suspeita quanto ao uso escandaloso das instalações da Assembleia para fins ilícitos provocasse reações

inflamadas por parte dos deputados. Por ora, todavia, nada alterou o marasmo que prevalece na Casa.

Não custa lembrar que a ampla base de apoio do governo tucano agiu como pôde para evitar a criação de uma CPI. Só recuou em maio com a forte pressão da opinião pública e de entidades estudantis, que chegaram a ocupar a Assembleia. Das 9 vagas da comissão, 8 são ocupadas por aliados de Alckmin.

Os episódios desabonadores não se limitam à alegada corrupção. O Tribunal de Contas do Estado constatou que 38% das escolas estaduais não possuem condições adequadas para fornecer alimentos e que 91% delas não dispõem de atestados da vigilância sanitária.

Desprezando esses indícios, o deputado Barros Munhoz (PSDB) declarou na CPI que o caso não merece o destaque dado pela imprensa. “Nós temos que dar medalha de boa gestão para quem conduz a merenda no Estado”, disse.

Se um esquema de corrupção organizado em torno do fornecimento de comida a crianças da rede pública de ensino não merece destaque, o que dizer de inúmeros escândalos de menor impacto midiático? Decerto seriam varridos para baixo do tapete da Assembleia —e talvez seja isso mesmo o que têm feito muitos dos deputados estaduais de São Paulo.

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ex-presidente questiona na Justiça isenção de relator da Lava Jato

DE SÃO PAULO - A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou nesta terça (18) com um protocolo jurídico chamado "exceção de suspeição" contra o juiz João Pedro Gebran Neto, do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª região.

O procedimento visa afastar um juiz de um caso sob alegação de que ele não está em condições de atuar de maneira imparcial, geralmente por ser próximo de uma das partes ou ter interesses pessoais na causa.

Gebran é o relator de outro recurso da defesa do petista, este contra o juiz Sergio Moro, responsável pelos casos da Operação Lava Jato na primeira instância. O julgamento des-

se procedimento, protocolado em junho, está previsto para esta quarta (19).

A defesa pede que Gebran se declare suspeito e repasse o processo para outro juiz ou que o julgamento seja adiado. Os advogados argumentam que o juiz do TRF recusou-se a responder se é amigo íntimo de Moro e afirmam que há suspeitas de que exista uma relação de "apadrinhamento" entre os dois.

Antes de entrar com o recurso, a defesa havia pedido que Gebran esclarecesse se é padrinho de um dos filhos do juiz paranaense.

O recurso contra Moro é semelhante ao protocolado contra Gebran e argumenta que ele

"não se reveste da indispensável imparcialidade para a cognição e julgamento". A defesa sustenta que o juiz paranaense tem desrespeitado "garantias fundamentais" do ex-presidente na Lava Jato.

Procurado, o tribunal, por meio de sua assessoria, disse que o pedido ainda não chegou ao gabinete de Gebran.

Sindicalistas defenderão Lula no exterior

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

Organização lançará vídeo contestando acusações

Com perspectiva pessimista sobre as acusações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalistas lançarão nos próximos dias uma campanha internacional em defesa do petista.

Um vídeo sobre a trajetória política de Lula, hoje réu em três ações na Justiça, será encaminhado a organismos como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), além dos sindicatos em 155 países associados à CSI (Confederação Sindical Internacional), que responde pela campanha.

Diretores do Instituto Lula, o ex-ministro Paulo Vanuchi e a ex-assessora especial da Presidência Clara Ant acompanharam a produção da peça para evitar eventuais inconformidades.

O objetivo é contestar as acusações que pesam contra o ex-presidente por suposta

na ONU e sindicatos em 155 países

corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, participação em organização criminosa, tráfico de influência e tentativa de obstruir a Justiça.

O vídeo termina com Lula dizendo que "não quer nenhum privilégio, só o direito a um julgamento justo" e que "só não aceita a mentira".

Os advogados do ex-presidente também expõem o argumento da defesa, de que não há provas consistentes nas acusações, que seriam, no seu entendimento, movidas por interesses políticos.

"É medo de o Lula se candidatar a presidente em 2018", disse João Felício, presidente da CSI, organização que reúne 180 milhões de sindicalistas associados.

"Estou muito apreensivo e preocupado com o que pode ocorrer neste país. Prender uma pessoa assim, por mera suposição, é absurdo", afir-

mou o dirigente sindical.

Na versão que já está finalizada, de sete minutos, Lula aparece em gravações feitas após ser alvo de condução coercitiva e em manifestação contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

A peça sustenta que a mídia brasileira "descreve, mas não explica os fatos", e assim normaliza uma "encenação", na qual o juiz Sergio Moro é tido como um "herói" e o indiciamento de Lula é tratado como condenação.

A expectativa é que a campanha também ressoe no Brasil, com a promoção do vídeo no Congresso Nacional, universidades, movimentos sociais e entre formadores de opinião.

Apoiadores do ex-presidente vivem momentos de tensão com a expectativa, espalhada na internet, de que ele possa ser preso em breve.

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

PF indica propina em apuração de cratera

Documentos apreendidos sugerem pagamento a algum promotor por investigação de acidente na linha 4 do metrô

Valores citados em documentos superam R\$ 3 milhões; Justiça inocentou acusados pela tragédia de 2007

FLÁVIO FERREIRA
ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

Documentos apreendidos em duas operações da Polícia Federal apontam a suspeita de pagamento de propina a promotor de Justiça de São Paulo para favorecer empreiteiras nas apurações da cratera da linha 4-amarela do metrô, que deixou sete mortos.

O caso é alvo de investigação da PF nas recentes fases da Lava Jato, que apuram uma estrutura de corrupção montada pela Odebrecht — que foi líder do consórcio Via Amarela, responsável pela construção da linha 4.

Conforme a **Folha** revelou nesta terça (18), a Justiça inocentou os 14 acusados de responsabilidade pelo acidente. A cúpula das construtoras e do metrô não entrou na lista dos réus — formada majoritariamente por integrantes de médio e de baixo escalão.

Em sua decisão, a juíza da 1ª Vara Criminal da capital, Aparecida Angélica Correia, disse que a Promotoria não conseguiu provar que os técnicos do consórcio Via Amarela e do Metrô tinham condições de evitar a cratera.

As primeiras suspeitas de pagamento de propina a integrante do Ministério Público envolvido na apuração do

acidente da linha 4 foram levantadas por documentos apreendidos na operação Castelo de Areia, em 2009.

Elas acabaram reforçadas por papéis apreendidos pela PF em 26 de setembro deste ano pela operação Lava Jato.

No material, no entanto, não há referência explícita a algum nome que poderia ter sido favorecido — diferentes promotores atuam nesse caso, em esfera civil e criminal.

Na Castelo de Areia, os papéis apreendidos sugerem um pagamento de mais de R\$ 3 milhões a membro do Ministério Público paulista.

A PF investigava crimes cometidos por executivos da empreiteira Camargo Corrêa, incluindo propina a autoridades por contratos públicos.

No mês passado, uma das mensagens apreendidas pela Lava Jato com dirigentes da Odebrecht detalha aquele que seria um dos pagamentos a promotor em 2007.

O e-mail foi enviado em 2 de julho daquele ano pelo diretor da Odebrecht para as obras da linha 4, Marcio Pellegrini, a um executivo do grupo. Ele pede autorização para pagar um “beneficiário” referente à “metro-L.4”. O motivo do repasse foi indicado como “ação: apoio no processo de invest. MP”.

A mensagem aponta também que a quantia a ser paga seria de R\$ 200 mil e caberia à Odebrecht arcar com um quinto do montante. A construção da linha 4 foi realizada pelo consórcio formado

por cinco empreiteiras: além da Odebrecht, a Camargo Corrêa, a OAS, a Queiroz Galvão e a Andrade Gutierrez.

Em avaliação sobre essa mensagem, a PF apontou em relatório que “ao que parece, o pagamento em questão se destinava à obtenção de algum favorecimento nos resultados da apuração e talvez da ação para ressarcimento que foi proposta pelo parquet [Ministério Público] estadual”.

Documento apreendido na Castelo de Areia registra quatro coincidências com o papel encontrado na Lava Jato: a referência à linha 4, o valor pago (R\$ 200 mil), o modo de divisão (por cinco) e o mês do repasse (julho de 2007).

Outro documento da Castelo de Areia, com apontamentos referentes a fevereiro de 2008, traz as seguintes inscrições: “PMN” (sigla da Camargo Corrêa para as obras da linha 4, segundo a PF), “Lac mp”, “MP” e o valor de R\$ 3 milhões parcelado em prestações mensais. Como nos outros papéis, os montantes são divididos por cinco.

Esse material levou a Promotoria e o Conselho Nacional do Ministério Público (órgão de controle externo) a investigar o caso, mas elas foram arquivadas depois que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou a Castelo de Areia por completo — pelo fato de a apuração ter começado a partir de denúncia anônima.

CONTINUA

Ministério Público de SP diz que investigará eventuais ilegalidades

Construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa, procuradas, não se pronunciaram sobre os papéis obtidos pela PF

O Ministério Público paulista informou que poderá abrir investigações para apurar eventuais condutas ilegais de promotores ligados aos casos da linha 4-amarela do metrô de São Paulo caso venha a tomar conhecimento sobre o material apreendido na Operação Lava Jato.

Procuradas pela **Folha**, a construtora Odebrecht, líder do consórcio Via Amarela, responsável pela obra da linha, e a empreiteira Camargo Corrêa não se manifestaram sobre os papéis obtidos nas operações da Polícia Federal.

A Promotoria estadual paulista afirmou que após a deflagração da Operação Lava Jato “não chegou ao conhecimento do MPSP qualquer informação do Ministério Público Federal, da Polícia Federal ou dos órgãos de imprensa quanto a eventual atuação indevida de seus membros em relação ao acidente na linha 4 do Metrô”.

De acordo com a instituição, tal fato “poderia ensejar a adoção de novos procedimentos de investigação por parte da Procuradoria-Geral de Justiça”.

A instituição apontou que a divulgação dos documentos apreendidos pela Operação Castelo de Areia levou à abertura de apurações sobre a atuação dos promotores envolvidos no caso do desmoronamento no canteiro de obras da linha 4.

“Em 9 de dezembro de 2009, em virtude do noticiário da imprensa dando conta de que o Ministério Público Federal apontava supostas irregularidades praticadas por membros do Ministério Público de São Paulo na apuração do acidente na linha 4 do Metrô, o então Procurador-Geral de Justiça, Fernando Grella, determinou a instauração de procedimentos para investigar os fatos”, segundo a instituição.

Em sua manifestação à **Folha**, o Ministério Público explicou por que as apurações sobre os promotores não foram conclusivas.

De acordo com a instituição, no dia 14 de janeiro de 2010 o STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou liminarmente a suspensão da ação penal resultante da Operação Castelo de Areia e todos os procedimentos de investigação que tiveram origem em elementos obtidos nessa apuração.

Posteriormente, em 5 de abril de 2011, o tribunal decidiu em definitivo trancar a ação penal.

O STF (Supremo Tribunal Federal), em recurso extraordinário apresentado pelo Ministério Público Federal, confirmou o resultado da decisão no sentido de proibir a utilização das provas obtidas na Castelo de Areia, consideradas ilícitas.

Procurado, o Metrô informou que não comenta a decisão judicial por não ser parte do processo. Disse, ainda, que os funcionários arcaram com suas próprias defesas.

A **Folha** pediu esclarecimentos às assessorias de imprensa da Odebrecht e da Camargo Corrêa, mas as empreiteiras informaram que não iriam se pronunciar sobre os papéis obtidos nas operações.

A Odebrecht negocia com o Ministério Público Federal a assinatura de um acordo de delação premiada no âmbito da Lava Jato, o qual prevê a necessidade de manter sob sigilo os fatos que possam ser relatados às autoridades.

66 Não chegou ao conhecimento do [Ministério Público de SP] qualquer informação quanto a eventual atuação indevida de seus membros em relação ao acidente na linha 4 do Metrô

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SUSPEITA NO MINISTÉRIO PÚBLICO

PF apura interferência em investigação de acidente em obra do metrô em jan.2007

Investigações
E-mails e tabelas encontrados pelas operações Lava Jato e Castelo de Areia indicam que consórcio pagou propinas ao MP

Suspeita
Para a PF, pagamentos se referem a "apuração de acidente nas obras da linha 4"; investigação não cita promotores envolvidos

Consórcio
Era formado por Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez; cada uma teria pago uma parte

Conforme solicitado anteriormente, segue solicitação:

Fato: apoio no processo de invest. MP

Beneficiária: Rui Falcão (prom.)

Superador: Marcelo Amorim Branco

Código: SPAYO

CR: Metro-L.4

Assinada: 4 cópias de R\$ 50.000,00 menos parte 4 cópias de R\$ 10.000,00

1º PAGAMENTO: Total de R\$ 200 mil
12.jul.2007 - LAVA JATO

Em troca de e-mails, diretor da Odebrecht pede autorização a outro executivo para pagamento da "nossa parte" ao "MP"

Repasse de R\$ 40 mil da Odebrecht

1.041	3.595	
1.250	3.684	D.F.C. parecer
(1.121)	201	
227	3.222	
3.209	3%	dia 20/7/2007
30.720	3%	Solangeiro Top
34.663	3%	Paulo Sérgio Amorim
74.283	4%	2) Consultor
15.870	3%	
200.159	3%	
174.942	3%	
154.237	3%	
TOTAL GERAL = R\$ 41.000,00		

RS 120.000 / 5 = RS 24.000,00 ✓ ok

RS 200.000 / 5 = RS 40.000,00 ✓ ok

TOTAL GERAL = R\$ 41.000,00

16.jul.2007 - CASTELO DE AREIA
Valor bate com documentos achados em arquivos de Pietro Bianchi, executivo da Camargo Corrêa, com repasses a um "consultor"

Os R\$ 200 mil são divididos em cinco partes

Em 11.02.08

JUB (var)	RS.	244.708,00
JUB (obra)	RS.	367.100,00
JUB (adm)	RS.	122.370,00
NNN (par)	US\$	30.000,00
PMN (Lac mp)	RS.	60.000,00
PMN (pqn)	RS.	40.000,00
PMN	RS.	24.000,00

2º PAGAMENTO: Total de R\$ 3 milhões
11.fev.2008 - CASTELO DE AREIA

Planilha do ano seguinte também encontrada nos arquivos de Bianchi indica outros repasses ao MP, dessa vez de R\$ 60 mil

Lista achada separadamente indica que sigla se referia a "metrô linha 4"

MP

3,0144

10%	300.000	=	30.000	19/02
5%	150.000	=	15.000	15/02
5%	150.000	=	15.000	12/02
12%	120.000	=	14.400	12/02
5%	150.000	=	15.000	12/02
5%	150.000	=	15.000	12/02
6,5%	190.000	=	12.350	"OAS"

"OAS" com 6% por período e pagamento

14.fev.2008 - CASTELO DE AREIA

Um manuscrito "explica" que os 60 mil são apenas parte de um total de R\$ 3 milhões, que seriam divididos em cinco partes

Valores seriam pagos em diferentes dias

Fonte: Polícia Federal

CONTINUA

19 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Promotora ataca Judiciário e critica absolvição de réus

O Ministério Público Estadual divulgou nota criticando a decisão da Justiça de São Paulo que inocentou os 14 acusados de responsabilidade pela cratera que deixou sete mortos nas obras na estação Pinheiros da linha 4-amarela do metrô, em 2007.

O texto assinado pela promotora Amaitê Iara Giriboni de Mello afirma que a decisão foi dada “em absoluta contrariedade à prova produzida” e faz acusações ao Judiciário.

“O Judiciário é por demais condescendente com a culpa penal. Há que se dar um basta à permissividade com relação à negligência, imprudência e imperícia que, diariamente, ceifam vidas de cidadãos honestos e despedaçam famílias”, afirma Mello.

A promotora diz que “a linha de defesa sustentada nos autos, no sentido da imprevisibilidade da ocorrência do desabamento em questão, lamentavelmente acolhida na decisão recorrida, consiste na tese mais fácil e rasa a ser apresentada pelos réus”.

Afirma que a tese “não seria aceita em nenhuma outra nação civilizada do mundo”.

O Ministério Público Estadual recorreu da sentença em segunda instância. O recurso deve ser analisado no mês que vem pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Indenização foi paga sete meses após o acidente

A maioria das indenizações pelas vítimas do acidente no canteiro de obras da estação Pinheiros do metrô foi paga em apenas sete meses, graças a criação de uma câmara de indenizações pela Defensoria Pública do Estado.

Essa câmara conseguiu acordos extrajudiciais em 61 de 65 casos discutidos —entre inquilinos e proprietários de imóveis afetados pelo acidente, além conseguir acordo para a família de um dos mortos.

Na época, pessoas envolvidas na negociação disseram que os acordos giravam entre R\$ 70 mil e R\$ 120 mil, embora famílias indiquem ter recebido menos do que isso.

As famílias dos outros seis mortos entraram com ações individuais, com advogados contratados, mas os detalhes dessas ações são mantidos em sigilo.

Segundo a defensora Renata Tibiriça, integrante da câmara à época, o mais importante desse trabalho —que se tornou referência— foi ter conseguido evitar mais desgaste às famílias. “Uma ação judicial é imprevisível. Há processos que duram mais de 20 anos e sem certeza do resultado.”

19 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro faz palestra

O juiz Sérgio Moro fará palestra no Tribunal de Justiça do Paraná no dia 20 de outubro (próxima quinta) às 10 horas. O convite partiu do presidente do TJ, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. Responsável pelos processos da Lava jato, Moro é o 10º homem mais influente de acordo com a lista Bloomberg e é requisitado em todo canto. O tema que será apresentado no TJ é "Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal".

19 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS



Mulher de Cunha prestará depoimento a Moro



O juiz federal Sérgio Moro marcou para dia 16 de novembro o interrogatório de *Cláudia Cruz (foto)*, mulher do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Cláudia será interrogada na ação penal em que responde pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Ela é acusada de ser beneficiária das contas atribuídas ao deputado na Suíça.

Em junho, Moro recebeu denúncia apresentada pela força-tarefa de procuradores da Operação Lava Jato contra Cláudia Cruz e outros investigados que viraram réus. A denúncia é vinculada à ação penal a que Cunha responde por não ter declarado contas no exterior. ■

TRIBUNA DO PARANÁ

ESTÁGIO

A divulgação de uma vaga de estágio na 13.^a Vara Federal de Curitiba, cujo titular é o juiz Sergio Moro (responsável pelas ações da Lava Jato), resultou em uma procura maior do que ocorre nessa espécie de seleção. Normalmente, essas vagas recebem cerca de 70 candidatos, mas, neste caso, houve 286 inscrições.

LAVA JATO

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que o desembargador João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4), encarregado de julgar o pedido de suspeição do juiz Sergio Moro, pedido pelo petista, se declare também suspeito para julgar esse processo. De acordo com Cristiano Zanin Martins e Roberto Teixeira, que representam o petista nos processos da Lava Jato, Gebran Neto se recusou a esclarecer se mantém relação de amizade íntima com Moro. A suspeição de um juiz ocorre quando sua imparcialidade é posta em dúvida.

19 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

O sistema medieval carcerário

O ministro da Justiça disse ontem eu o Brasil "prende muito, mas prende mal". Embora a afirmação pareça óbvia, deveria ser objeto de estudos imediatos do poder público. Os presídios brasileiros estão superlotados, deixando os criminosos cada vez

mais propensos a praticar o crime e os que por um infortúnio qualquer é preso e não é tão criminoso acaba ficando à margem da sociedade e propensos ao crime.

O pior deste cenário é que tudo isso custa muito caro para o estado, não só em termos sociais, como em ter-

mos financeiros também. Ou seja, paga-se caro por um péssimo serviço. Teoricamente, o sistema prisional deveria servir como sistema correccional. Deveria ter a função de recuperar o cidadão do crime que ele cometeu e reabilitá-lo para a vida em sociedade.

Não é mais possível ver a questão prisional com preconceito, jogando as pessoas em "masmorras" – sendo que a maioria é sem condição econômica. A questão interfere diretamente na segurança pública e exige um estudo mais aprofundado para uma solução racional. ■

Entidades pedem afastamento de desembargador

Representantes de organizações e instituições vinculadas aos direitos humanos defenderam hoje (18) o afastamento do desembargador Ivan Sartori e anunciaram o encaminhamento de uma reclamação disciplinar contra o magistrado à presidente do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Carmem Lúcia.

Para eles houve "abusos, falta de isonomia e imparcialidade" por parte do magistrado, que votou pela anulação do julgamento do caso conhecido como o "Massacre do Carandiru", que envolveu a morte de

111 detentos, há 24 anos. Na audiência ocorrida na 4ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo no último dia 27 de setembro, Sartori inocentou 74 policiais militares de responsabilidade no caso, justificando que "não houve massacre, houve legítima defesa". ■

19 OUT 2016

BEMPARANÁ

Decisão Comentada

*Carlos Roberto Claro

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em ação de homologação judicial de acordo em fase de cumprimento de sentença, que determinou o levantamento da penhora, devolvendo os bens ao executado, e expedição de mandado de reintegração de posse do imóvel em favor deste. As credoras asseveram que a decisão recorrida ultrapassou aquela proferida em sede de recuperação judicial, que suspendeu as ações em face da recuperanda; os mandados de despejo já haviam sido cumpridos. Restou entendido pelo TJPR que não havia impedimento ao cumprimento da ordem de despejo, como ocorreu, pois, não se sujeita ao juízo da recuperação judicial. Prevalece o direito de propriedade e o despejo é anterior ao despacho proferido pelo juízo da recuperação; a recuperanda não informou seu atual estado e também já decorrido o prazo de suspensão das ações (180 dias). Foi dado parcial provimento ao recurso, mantido o despejo,

Comentários

A Lei 11.101/05, em tempos de acentuada crise econômica, vem sendo cada vez mais utilizada por aquelas entidades que estão em dificuldades de se manter no mercado. Um dos grandes problemas que existem em tal lei é justamente o art. 49, §3º, que afasta dos efeitos da recuperação determinados credores. Prevalecem os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais. Apenas durante o fôlego concedido pela lei (180 dias) é que não poderão ser retirados ou retirados bens do estabelecimento do recuperando. Com efeito, como dito, são várias as pessoas jurídicas e empresários que vêm buscando a lei em comento para fins de tentar a recuperação, mas, a grande maioria possui dívidas bancárias, com garantias. O entendimento que vem sendo defendido é de que há necessidade de microrreforma pontual da Lei 11.101/05 (a propósito, já se discorreu sobre o tema neste jornal – 25/08/2015) e, mantida da forma como se encontra mais e mais empresas sucumbirão (abertura judicial de falência). (AI n. 1.471.913-6 – TJ/PR)

*O autor é advogado em Curitiba, especialista em direito empresarial e mestre em direito.

Simplex

As sociedades unipessoais de advocacia já podem obter no site da Receita Federal a inscrição no Simplex nacional. A natureza jurídica da sociedade unipessoal tem o código número 232-1, que possibilita que tais entidades possam aderir ao regime tributário.

Dívidas

A empresa não pode ser impedida de emitir nota fiscal pelo fato de ter débitos de tributos. O entendimento é da 5ª Câmara de Direito Público do TJ de São Paulo.

FGTS

Servidor público que migrou de regime celetista para estatutário tem direito a sacar o fundo de garantia (FGTS). O entendimento é do TRF da 4ª Região.

Moro

A convite do Presidente do TJ do Paraná, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, o Juiz Federal Sergio Moro fará palestra no Pleno do TJPR, com o tema "Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal", na próxima quinta-feira (20/10), às 10 horas.

Seminário

O Instituto Brasileiro de Governança Trabalhista (IBGTr) promove, no dia 10 de novembro, o 2º Seminário de Governança Trabalhista, na EBS Business School, das 8h30 às 17h30. A programação completa do evento, bem como o currículo dos palestrantes, está disponível no site www.ibgtr.com.br.

Uber

O TJ de São Paulo declarou inconstitucional uma lei municipal da capital paulista que proibiu o transporte em veículos particulares contratados pelo aplicativo Uber.

Direito sumular

Súmula nº 557 do STJ- A renda mensal inicial (RMI) alusiva ao benefício de aposentadoria por invalidez precedido de auxílio-doença será apurada na forma do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/1999, observando-se, porém, os critérios previstos no art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991, quando intercalados períodos de afastamento e de atividade laboral.

BEMPARANÁ

Moro marca interrogatório de mulher de Cunha

O juiz Sérgio Moro marcou a data do interrogatório da mulher do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), Cláudia Cruz, para se explicar sobre as acusações da Lava Jato de que teria lavado dinheiro e evadido cerca de US\$ 1 milhão por meio de contas secretas no exterior abastecidas por seu marido com dinheiro da corrupção na Petrobras. A decisão foi tomada na segunda-feira.

Moro agendou o interrogatório de Cláudia e do empresário Idalécio de Oliveira, também réu na ação, para o dia 14 de novembro, seis meses depois de o juiz da Lava Jato aceitar a denúncia contra a mulher de Cunha. Antes, no dia 9, serão interrogados o ex-diretor Internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada e o lobbista João Augusto Rezende Henriques, apontado como operador do PMDB no esquema de corrupção na Petrobras. Ambos também são réus na mesma ação de Cláudia.

O interrogatório é a última etapa antes de o juiz ouvir as alegações finais das defesas e da acusação, últimos argumentos apresentados para o julgamento. Nele os réus ficarão frente a frente com Moro e poderão responder a todas as acusações. Caso queiram, eles também poderão exercer o direito de permanecer em silêncio. A última testemunha da defesa de Cláudia a ser ouvida é o deputado Jovair Arantes (PTB-GO) que vai depor hoje.

Além disso, Cláudia arrolou várias testemunhas que residem no exterior, que já foram intimadas via carta precatória. Nestes casos, porém, o juiz da Lava Jato entendeu que não é necessário aguardar a cooperação de outros países.

19 OUT 2016

19 OUT 2016

BEMPARANÁ

Sérgio Moro dará palestra no
Tribunal de Justiça do Paraná



Popular pelos julgamentos na Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro fará à convite do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, uma palestra no Pleno do TRJPR com o tema "Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal". O evento será realizado na próxima quinta-feira (20/10), às 10 horas, na Sala Desembargador Clotário Portugal (Pleno), 12º andar do Prédio Anexo do Tribunal de Justiça.

19 OUT 2016

Blog do Fábio Campana

Sérgio Moro fará palestra no TJ-PR

O juiz Sérgio Moro fará palestra no Tribunal de Justiça do Paraná no dia 20 de outubro (próxima quinta) às 10 horas. O convite partiu do presidente do TJ, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Responsável pelos processos da Lava jato, Moro é o 10º homem mais influente de acordo com a lista Bloomberg e é requisitado em todo canto. O tema que será apresentado no TJ é “Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal”, não haverá escapatória, a Lava Jato será pauta, pois de desembargadores a estagiários, todos querem saber o destino e os bastidores da operação.